

As paixões como “tempero” da vida social: A moral utilitarista de Holbach

Passions as “seasoning” of social life: Holbach’s utilitarian morality

Palavras-chave: Holbach. Materialismo. Moral. Prazer. Virtude.

Key-words: Holbach. Materialism. Moral. Pleasure. Virtue.

Fábio Rodrigues de Ávila

Doutorando em Filosofia

pela UNIFESP

fabioc12@hotmail.com

Resumo

Em sua obra *A Moral Universal*, o barão de Holbach procura apresentar um sistema moral e político, propondo uma análise da natureza humana. Ele busca elencar uma série de qualidades morais que servem como princípios da virtude e da sociabilidade, ao mesmo tempo em que aponta os vícios que são nocivos à vida social. Através de uma profunda investigação das idiosincrasias humanas, ele expõe uma concepção na qual as paixões são tomadas como sentimentos de amor ou ódio pelos objetos que afetam a sensibilidade, de acordo com as impressões de prazer e dor que esses objetos propiciam. Assim, um objeto que proporcione prazer nos sentidos desperta uma sensação de amor, e o homem se sente impelido a buscá-lo; do mesmo modo, um objeto que proporcione uma sensação dolorosa despertará o ódio, que fará com que esse objeto seja evitado. Esses operadores funcionam tanto com relação aos objetos que servem para satisfazer as necessidades humanas, como também para dar origem às relações sociais entre os indivíduos. Portanto, para que uma sociedade seja estável, Holbach sugere que as paixões derivadas das impressões de prazer e dos impulsos de amor sejam o tempero das relações humanas, que tornem a vida social agradável e desejada.

Résumé

Le baron d’Holbach début son œuvre *La Morale Universelle* nous en présenté son système morale et politique, et nous proposé une analyse de la nature humaine. Il cherche d’énumérer un certain nombre des qualités morales que sont utilisées comme principes de la vertu et de la socialité, en même temps qui démontrer que les vices sont nocives a la vie social. Par une profonde investigation de les idiosyncrasies humaines, il expose une conception laquelle les passions sont considérées comme sentiments de l’amour ou de l’haine pour les objets qui affectent la sensibilité, d’accord avec les impressions du plaisir et de la douleur qui cette objets nous causent. Ainsi, un objet que donne plaisir dans les sens occasionne une sensation de l’amour, et l’homme voudra le cherche ; au même temps, un objet que occasionne une sensation douloureuse suscitera l’haine, qui fera qu’on soit évite. Cettes opérateurs fonctionnent tant en rapport aux objets qui nous utilisons pour satisfaire les besoins humaines quant pour originer

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 64-83, jan-jul, 2018

les rapports sociales parmi les individus. Par conséquent, une société seul peut être stable, selon Holbach, quand les passions dérivées des impressions du plaisir e des impulsions de l'amour soient le assaisonner des rapports humaines qui font la vie sociale agréable e souhaitée.

Mots-clés : d'Holbach, Materialisme, Morale, Plaisir, Vertu.

1. Introdução

Espinosa inicia o Prefácio da Terceira parte da *Ética* com a seguinte observação:

Os que escreveram sobre os afetos e o modo de vida dos homens parecem, em sua maioria, ter tratado não de coisas naturais, que seguem as leis comuns da natureza, mas de coisas que estão fora dela. Ou melhor, parecem conceber o homem na natureza como um império num império. Pois acreditam que, em vez de seguir a ordem da natureza, o homem a perturba, que ele tem uma potência absoluta sobre suas próprias ações, e que não é determinado por nada mais além de si próprio. Além disso, atribuem a causa da impotência e da inconstância não à potência da natureza, mas a não sei qual defeito da natureza humana, a qual, assim, deploram, ridicularizam, desprezam ou, mais frequentemente, abominam (ESPINOSA, 2009a, p.97).

Os materialistas do século XVIII são conhecidos por serem os grandes herdeiros de Espinosa, como bem demonstraram Paul Vernière e Jonathan Israel¹. A ideia de uma substância única, o determinismo das ações, a necessidade da perseverança do ser em existir, a negação das causas finais e a rejeição ao antropomorfismo da Natureza, além da denúncia contra as instituições religiosas e políticas, são algumas das ideias espinosanas que marcarão profundamente o pensamento das Luzes.

Pretendemos ressaltar um ponto específico dessa herança: o tratamento dado às paixões pela tradição materialista, cuja integração da vida afetiva no âmbito da conduta humana é pensada, ou melhor dizendo, o modo como os afetos são assimilados às ações dos homens e entendidos como pertencentes à totalidade do seu ser. Nosso propósito é demonstrar como a conduta moral passa a ser entendida em outro molde, no qual os afetos determinam as ações, na mesma medida em que são determinados pelo que chamaremos de circunstâncias, que são os fenômenos que escapam à vontade dos indivíduos. Em oposição à tradição do pensamento teológico e metafísico, que enxerga as ações dos homens como efeitos da relação hierárquica entre alma e corpo, na qual quando o corpo sobrepõe-se à alma, o homem é dominado pelas paixões e age viciosamente, enquanto que, por outro lado, quando a alma sobrepõe-se ao corpo, o homem é

racional e age de maneira virtuosa², Espinosa e os materialistas inserem a razão no interior da vida afetiva, sem oposição e sem domínio de uma sobre a outra; pelo contrário, a razão é compreendida como parte integrante da vida afetiva, de modo que podemos dizer, com certa ressalva com respeito à Espinosa, mas com maior precisão quanto aos materialistas, que ela pode ser entendida como um *instinto*, uma atividade singular do próprio corpo, isto é, uma característica fisiológica, e não a atividade de uma substância incorpórea presente em seu ser, ou de uma consciência que transcenda os apetites de sua carne.

Nos deteremos especificamente em um filósofo que é, talvez, ao lado de Diderot, o discípulo mais fiel de Espinosa: trata-se do barão de Holbach. Em sua obra mais conhecida, o *Sistema da Natureza* (1770), ele expõe os princípios do seu materialismo, e procura apontar para o horizonte de uma sociedade livre do jugo dos dogmas e das crenças religiosas, assim como dos seres imaginários concebidos pela tradição filosófica, como deus, espírito, vida *post-mortem* e etc. Nesta obra, ele critica severamente o pensamento teológico e metafísico, elabora os fundamentos do materialismo que o caracteriza, e estabelece os princípios morais para uma sociedade equitativa a partir da ideia de uma Natureza monista. Contudo, nós iremos analisar uma obra menos conhecida, porém não menos importante, que trata mais especificamente do tema da moral: abordaremos *A Moral Universal ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza* (1776), livro que poderíamos dizer ser mais científico e menos militante do que o *Sistema da Natureza*, visto que nele Holbach preocupa-se em elaborar uma doutrina moral de forma mais rigorosa, pois a trata como uma ciência, procurando apresentar argumentos mais bem encadeados a partir de uma análise mais empírica da psicologia humana. De fato, ele muda o teor de sua argumentação se comparada à do *Sistema da Natureza*, uma vez que ele não ataca diretamente as ideias metafísicas e religiosas. Sua argumentação desta vez está mais preocupada em apresentar a natureza dos homens de um ponto de vista mais pragmático, voltado para seu comportamento, para suas qualidades sociais e morais, e investigando os limites e possibilidades de suas ações, propondo os modos mais ou menos adequados quando se trata de formular princípios morais e orientar sua conduta.

Para apresentar esse aspecto de seu sistema moral, vamos nos deter nos capítulos iniciais de *A Moral Universal*, mais especificamente na Parte I, pois procuraremos apresentar resumidamente como ele propõe a relação entre a vida afetiva e a moral.

2 Marilena Chauí analisa rigorosamente essa relação, principalmente em *Espinosa: uma filosofia da liberdade*, ed. Moderna, 2ªed., 2005 (Coleção Lógos) e em *Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa*, Cia das Letras, 2011.

2. A moral conforme Holbach

Vejamos primeiramente a definição de moral apresentada no início do Capítulo I de *A Moral Universal*:

A moral é a ciência das relações que subsistem entre os homens e dos deveres que decorrem dessas relações: se preferirem, a moral é o conhecimento daquilo que devem necessariamente fazer ou evitar os seres inteligentes e racionais que queiram se conservar e viver felizes em sociedade (HOLBACH, 2015, p.3).

O fundamento da moral é a vida em sociedade, que é dada através das relações que os homens estabelecem entre si, relações essas que devem ser recíprocas. Seguindo a tradição aristotélica do *zoopolitikon*, Holbach considera que, devido à sua natureza, o homem é um ser sociável, pois é incapaz de suprir todas as suas necessidades e sobreviver isoladamente. É por essa razão que a moral é necessária, pois dada a diversidade das qualidades dos homens e dos naturais conflitos que emergem dessa diversidade, é preciso de algum modo regular essas relações necessárias. Para regulá-las, é preciso conhecê-las, o que só pode ser feito através de uma ciência da natureza humana, pautada pela razão, e que deve ser elaborada a partir da experiência, pois apenas ela é capaz de indicar devidamente as causas e efeitos que constituem essas relações. Para o barão, empirista rigoroso, a moral só pode ser instituída *a posteriori*, uma vez que não é possível estabelecer um princípio que seja eficaz sem antes consultar seus efeitos.

A moral é também um dever do homem, pois ela é o meio mais adequado para ele realizar o fim ao qual está determinado pela Natureza, que é a conservação de sua existência de maneira feliz e agradável. E são os deveres que ele se propõe a realizar, isto é, são as ações que ele se prontifica a fazer e a evitar, que constituem os princípios morais aos quais ele deve se submeter. Holbach ainda afirma que a moral necessariamente deve ser universal, isto é, deve ser aplicada a toda comunidade humana, e para isso ela deve corresponder à natureza do homem; contudo, ela não é universal em seus princípios, pois cada povo, que está sujeito a costumes, climas e outras variações nos diversos cantos do mundo, possui necessidades variáveis e meios diferentes de satisfazê-las. Portanto, para compreender a importância que os afetos têm na formulação dos princípios morais, primeiramente precisamos compreender a natureza humana, para ver o que há de comum em todos os povos.

Ele inicia o capítulo II, em que trata justamente desse tema, com a seguinte afirmação: “O homem é um ser sensível, inteligente, racional e sociável que, em todos os instantes, busca sem interrupção se conservar e tornar sua existência agradável” (HOLBACH, 2015, p.6).

Como Holbach demonstra em diversos capítulos do *Sistema da Natureza*, mas que ele faz sucintamente em *A Moral Universal*, a essência do homem é a mesma de toda a Natureza³, ele é constituído da única substância que existe realmente, que é a matéria. Contudo, não é uma matéria homogênea, inerte e totalmente passiva como aquela apresentada pelos teólogos e filósofos espiritualistas, mas é antes uma matéria dinâmica e diversificada, que à guisa de diversas propriedades, engendra uma infinidade de seres com atributos variados. Alguns desses atributos que o homem possui são essas faculdades que ele indica, como a sensibilidade e a inteligência, que são suas qualidades naturais das quais ele se utiliza para sobreviver. Ademais, sua inteligência o faz racional, e isso o possibilita compreender os meios e os instrumentos que possui para realizar seu impulso de buscar a felicidade, através da garantia de seu bem-estar, isto é, da satisfação de suas necessidades naturais. Porém, pode-se objetar, uma vez que a observação mais ingênua demonstra que em geral os homens são infelizes e as sociedades são desorganizadas, pois nelas reinam os crimes, os vícios e a desordem, que isto contraria esse impulso primordial da Natureza, o que poderia invalidar essa sua concepção da essência humana. E uma vez que o determinismo caracteriza seu pensamento, como defender que a Natureza impele os homens para a felicidade e bem-estar e eles são infelizes e sua vida sofrível e desgraçada? Holbach argumenta, no entanto, que isso ocorre devido ao desuso da razão e ao mau uso da experiência, pois o homem pode enganar-se quanto aos meios de que dispõe para alcançar sua felicidade, e isso implica em que ele se desvie de seu propósito natural. Ele sugere que uma das mais fortes razões para isso acontecer é que a moral sempre foi mal elaborada – e vemos aqui os ecos de Espinosa⁴ –, porque ela sempre fora alicerçada nos falsos princípios da metafísica e da teologia, que são ciências que, apesar de serem obscuras e imprecisas, foram consideradas as únicas capazes do empreendimento de erigir normas e princípios morais. Um desses princípios fundamentais da moral, por exemplo, foi a ideia de

3 É preciso observar que Holbach diz que a Natureza não é um ser, mas apenas um nome para designar o conjunto infinito de elementos constituintes dos seres que compõem o Universo, desde insetos, plantas e minerais até os homens, as estrelas e os planetas. Todos são constituídos de matéria, são seres singulares, que por comodidade, designa-se seu conjunto total como Natureza. Ele esclarece no *Sistema da Natureza*: “Depois de ter fixado o sentido que deve ser dado à palavra natureza, creio dever advertir o leitor, de uma vez por todas, que quando, no decorrer desta obra, digo que a natureza produz um efeito, não pretendo de modo algum personificar essa natureza, que é um ser abstrato. Entendo que o efeito do qual eu falo é o resultado necessário das propriedades de algum dos seres que compõem o grande conjunto que nós vemos” (HOLBACH, 2010, p.41).

4 Para indicar esses ecos, além da citação que usamos no início de nosso texto, podemos também acrescentar a seguinte passagem, um pouco mais adiante em seu Prefácio: “Não tem faltado, certamente, homens eminentes (a cujo trabalho e engenho muito devemos) que têm escrito muitas e excelentes coisas sobre o correto modo de vida e dado, aos mortais, conselhos plenos de prudência. Mas ninguém, que eu saiba, determinou a natureza e a força dos afetos nem, por outro lado, que poder tem a mente para regulá-los” (ESPINOSA, 2009a, p.97).

alma, noção metafísica e teológica por excelência, que nada contribui para a compreensão da verdadeira essência do homem, e que é incapaz de atingir as verdadeiras causas de seus afetos e de suas ações. Além do mais, as ideias de vida além-túmulo, e de recompensas e castigos eternos, também serviram como base para a elaboração das normas morais nas sociedades mais antigas, e cristalizaram-se em costumes nas sociedades posteriores, prejudicando assim o desenvolvimento destas. Desse modo, o barão alerta que, para a moral ser eficiente e realizar devidamente seu propósito, é necessário que ela enxergue o homem tal como ele é, atingindo as causas materiais de sua essência, e não, como o faz essa tradição espiritualista, concebendo-o tal como ele deveria ser⁵.

3. O conceito de natureza humana

Pois bem, vejamos mais detalhadamente essa natureza humana de acordo com o materialismo de Holbach. Segundo ele, o impulso mais natural de qualquer ser é conservar-se. E no caso dos animais e do homem em especial, isso se dá através da busca pelo prazer e da fuga da dor. Diz ele:

Entre as impressões ou sensações que o homem recebe dos objetos que o afetam, umas, por sua conformidade com a natureza de seu organismo, lhe agradam, e outros, pela perturbação e pelo desarranjo que trazem para ele, lhe desagradam. Por conseguinte, ele aprova umas, deseja que elas continuem ou se renovem nele, ao passo que desaprova as outras e deseja que elas desapareçam (HOLBACH, 2015, p.13).

É, portanto, pelas sensações benéficas ou nocivas que os objetos nos causam que nós os desejamos ou os repelimos e evitamos. Esse mecanismo psicológico dá origem ao que chamaremos de princípio da utilidade, pois aqueles objetos que proporcionam sensações agradáveis são considerados por nossa mente como úteis, pois eles satisfazem nossas necessidades e contribuem para o nosso bem-estar; por outro lado, aqueles contrários são considerados como nocivos, pois perturbam o funcionamento do corpo e ameaçam a autoconservação. Esse princípio da utilidade, assim, diz respeito ao julgamento que se faz das qualidades dos objetos, e é também parte fundamental do mecanismo

5 É o que Espinosa diz, também, em seu *Tratado Político*, logo no início do capítulo I: “[os filósofos] creem assim, fazer uma coisa divina e atingir o cume da sabedoria quando aprendem a louvar de múltiplos modos uma natureza humana que não existe em parte alguma e a fustigar com sentenças aquela que realmente existe. Com efeito, concebem os homens não como são, mas como gostariam que eles fossem” (ESPINOSA, 2009b, p.5). Holbach, por sua vez, não deixa de dizer a mesma coisa, com outras palavras: “Por não terem formado ideias verdadeiras sobre a natureza do homem, muitos moralistas se enganaram em seus sistemas sobre a moral e nos apresentaram romances e fábulas em vez da história do homem” (HOLBACH, 2015, p.6).

moral que se aplica às relações entre os homens.

Na perspectiva materialista de Holbach, a constituição de um organismo se deve à ordem interna que regula as suas partes, de modo que todas convirjam para a manutenção do todo. Quando uma das partes está desregulada, há uma desordem, o que acarreta um prejuízo ou um dano ao organismo. No âmbito do corpo particular de cada indivíduo, a ordem interna de um organismo se deve aos objetos que o afetam, ao modo como esses objetos são assimilados por ele, e pelos efeitos que eles produzem em relação à sua própria conservação. Os objetos que auxiliam na manutenção do corpo, que o fortalecem e que proporcionam sensações agradáveis, são considerados úteis e são comumente desejados pelo indivíduo, enquanto que aqueles que lhe causam dor ou algum desprazer, são considerados nocivos e imediatamente repelidos. Contudo, essa conta não é exata, e não é todo prazer que pode ser considerado um bem ou toda dor que possa ser considerada um mal. Um prazer imediato e intenso que proporcione um mal vindouro não deve ser considerado um bem, assim como uma dor leve que ocasione um bem duradouro não deve ser considerada um mal. A experiência ensina a distinguir os prazeres úteis dos nocivos, e o uso da razão, que conhece e julga adequadamente as qualidades dos objetos e seus efeitos, possibilita ao entendimento a capacidade de considerá-los de tal ou tal maneira.

É a partir desse ponto de vista que as paixões, que estão diretamente ligadas ao princípio da utilidade, adquirem um papel fundamental na elaboração do seu sistema moral. Nas palavras de Holbach:

As paixões, no homem, são movimentos mais ou menos intensos de amor pelos objetos que ele crê apropriados para lhe fornecer algumas impressões, sensações e ideias agradáveis; ou então são movimentos de ódio pelos objetos que ele descobre ou que supõe que são capazes de afetá-lo de maneira dolorosa. Todas as paixões se reduzem a desejar algum bem, algum prazer, alguma felicidade real ou falsa e a temer e fugir de algum mal, seja verdadeiro ou imaginário. [...] Nada é, portanto, mais natural no homem do que ter paixões e desejos (HOLBACH, 2015, p.19)

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 64-83, jan-jul, 2018

Ou seja, as paixões são o que há de mais natural no homem, pois elas são os movimentos intensos de amor ou ódio pelos objetos que se acredita serem úteis ou não ao nosso bem-estar e necessários ou contrários à nossa felicidade. Elas inflamam o desejo, que é o princípio motriz das ações, pois mobilizam a vontade, que é o movimento de amor em possuir um objeto que não se possui. Diferentemente do tratamento dado às paixões pelos moralistas em geral, principalmente os estoicos e seus herdeiros cristãos, que defendiam que as paixões

seriam doenças da alma, Holbach as considera tão naturais quanto à fome e à sede, pois dizem respeito às nossas necessidades, sem às quais o corpo e a vida pereceriam. Ou seja, as paixões representam a necessidade do homem em satisfazer um apetite ou realizar um desejo pelo qual ele é afetado.

Ele também afirma que as paixões não são em si mesmas boas ou más, já que são seus usos que as tornam úteis ou nocivas. Mas elas são necessárias ao homem visto que correspondem aos movimentos de sua natureza – sua essência material. Por isso, a moral que inventiva contra as paixões é uma moral ineficaz, pois destitui o homem de sua essência, como ele mesmo afirma:

Um homem desprovido de paixões ou de desejos, longe de ser um homem perfeito, como pretenderam alguns pensadores, seria um ser inútil para si mesmo e para os outros, e com isso pouco feito para a vida social. Um homem que não fosse suscetível nem de amor, nem de ódio, nem de esperança, nem de temor, nem de prazer, nem de dor – em poucas palavras, o sábio do estoicismo – seria uma massa inerte que não poderia de maneira alguma ser posta em ação (HOLBACH, 2015, p.35).

A verdadeira moral deve instruir os homens quanto aos efeitos de suas paixões, ensinando-lhes a selecionar aquelas que lhes são benéficas em detrimento daquelas prejudiciais. Vejamos, assim, o que significa dizer que elas são necessárias: Holbach define a necessidade como aquilo que corresponde a uma exigência da natureza de um ser para a sua própria conservação e conseqüente bem-estar. As necessidades dos homens em geral são as mesmas – como alimentar-se, repousar, ter abrigo contra as intempéries – porém elas variam quanto aos meios de se satisfazê-las. A fome, por exemplo, é uma necessidade de nutrição de todos os seres vivos, contudo, ela varia de espécie para espécie. Um vegetal precisa de determinado alimento, enquanto que um animal, de outro, de natureza completamente diferente. Do mesmo modo, um homem pode satisfazer-se com um determinado tipo de alimento, como um simples pão, enquanto outro, devido à sua opulência e uma grande compleição, necessita de um banquete. Isso se deve à variedade de paixões existentes, que é diversa justamente pela própria diversidade da essência do homem. Essa diversidade corresponde à organização particular de cada indivíduo, que está sujeita às variações das circunstâncias que afetam cada um. Essas circunstâncias são o ambiente em que ele se desenvolveu, o tempo em que viveu, referem-se à época, ao clima, à situação política, aos costumes e etc.; todos esses são fatores determinantes que influenciam as paixões, pois geram desejos e necessidades que não são uniformes entre os indivíduos

de determinados grupos ou sociedades. Isso decorre, em grande parte, devido ao uso da imaginação, que é a faculdade que enverniza determinados objetos com qualidades que estão além daquelas apreendidas diretamente pelos sentidos. Um povo nômade que vive no deserto considerará valerosos seus guerreiros mais fortes, enquanto que um povo pacífico considerará superiores seus magistrados e homens mais civilizados. Para o primeiro, as armas são seus instrumentos essenciais, enquanto que para o segundo, as leis são o que há de mais sagrado para eles. Dessa maneira, Holbach aponta para o *significado* que os objetos adquirem em cada cultura e que constituem características singulares de um povo, assim como o hábito, que torna esses objetos significativos como necessários para a manutenção de determinado modo de vida, o que constitui os costumes.

Seguindo essa direção, podemos indicar que há dois tipos essenciais de necessidades de acordo com o filósofo materialista: as naturais, que correspondem às exigências para a conservação do ser, tais como a necessidade de se nutrir, do repouso e do abrigo; e as imaginárias, que dizem respeito aos objetos que os costumes, o hábito ou a imaginação tornam essenciais para a felicidade; objetos sem os quais o indivíduo sente-se incompleto ou imperfeito (é importante observar que esses objetos não são necessariamente objetos físicos, mas podem ser também objetos ideais, como totens, amuletos ou os seres imaginativos da religião).

O desejo, por sua vez, corresponde ao impulso em satisfazer essas necessidades que fazem parte da essência do homem. E ele está diretamente ligado ao interesse, que é outro mecanismo fundamental na formulação do pensamento moral do barão:

Nossos desejos, excitados por algumas necessidades reais ou imaginárias, constituem o *interesse*, que é como se designa geralmente aquilo que cada homem deseja, porque acredita ser útil ou necessário a seu bem-estar; em poucas palavras, o objeto no gozo do qual cada um faz consistir o seu prazer ou a sua felicidade (HOLBACH, 2015, p.25)

O interesse é primordial para o homem, pois ele é o motor da atividade, isto é, ele é o impulso em ir na direção daquilo que proporciona o bem-estar e a felicidade, e desse modo ele se liga às paixões e ao princípio de utilidade. O homem é afetado por um objeto, ele sente uma paixão por ele, julga seus efeitos e considera-o útil ou nocivo, e assim ele estabelece o laço entre esse objeto e seu bem-estar.

É importante também frisar que Holbach liga-se à tradição dos moralistas franceses como La Rochefoucauld⁶, que considera que o

6 Tzvetan Todorov relaciona os sistemas filosófico-políticos de Hobbes, dos moralistas do século XVII e dos materialistas do século XVIII como uma tradição associal, que considera

homem só age por interesse, pois em sua visão todas as ações visam ao próprio bem-estar e à própria felicidade. Visto que todas as ações, nessa medida, têm em vista as próprias necessidades, mesmo aquelas ações tidas como virtuosas, que indicam o sacrifício de um bem próprio em vista de outra pessoa, são consideradas por ele como ações interessadas:

Nós nos enternecemos com nós mesmos quando misturamos nossas lágrimas às de um infeliz. Nós choramos por nós mesmos quando choramos sobre as cinzas de um objeto no qual havíamos colocado nossa afeição porque ele nos proporcionava grandes prazeres. Enfim, é pelo amor da glória que se derramará sobre ele, ou pelo temor da vergonha que recairá sobre ele, que o herói se imola e se empenha nos combates. Ele nada mais faz, então, que sacrificar sua vida pelo desejo de merecer a consideração e a glória, cuja ideia inflama sua imaginação e o distrai quanto ao perigo (HOLBACH, 2015, p.31).

Podemos ilustrar essa ideia pelo exemplo do homem que dispõe de suas riquezas para socorrer um amigo. Quando ele o faz, ele parece agir contra seu próprio interesse, pois está sacrificando seus próprios bens ou suas riquezas. Mas, na verdade, de acordo com a perspectiva do barão, ele está sacrificando um objeto que lhe é caro por um que ele julga ainda mais importante, pois a razão ou a imaginação lhe pintam esse objeto como mais valioso do que o objeto preterido de que ele se dispõe. Para esse homem, a amizade é mais valiosa do que a riqueza, pois o amigo é, nessa medida, mais valioso do que sua própria fortuna⁷. Isso significa dizer que tudo é relativo ao significado que os objetos possuem, de modo que não há ação que seja desinteressada, ou que tenda conscientemente ao prejuízo de si mesmo. De qualquer modo, o indivíduo visa a seu bem-estar e a sua felicidade ao agir. Por essa razão, não se deve censurar o homem por seu interesse, já que ele é indissociável de sua natureza. Deve-se, por outro lado, censurá-lo por interesses que possam acarretar um mal para os outros homens, ou mesmo um mal para si próprio, pois isso contraria seu impulso natural de buscar o bem-estar e a felicidade, pois são ações imorais, que, como veremos adiante, contrariam a razão e a Natureza.

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 64-83, jan-jul, 2018

4. O amor de si e a virtude como base da moral

O núcleo da doutrina moral defendida por Holbach é, portanto, esse mecanismo que engloba o interesse, o princípio de utilidade e as paixões. Esse mecanismo pode ser sintetizado em um sentimento,

o homem como um ser egoísta e solitário, em que a moral surge como um artifício que lhe garante a sobrevivência. Ver TODOROV, 2014, p.15 e segs.

⁷ No capítulo V da Parte III de *A Moral Universal*, Holbach trata das relações de amizade e dos deveres dos amigos uns para com os outros.

que ele chama de amor-próprio ou amor de si⁸. O interesse, assim como as paixões, visa a satisfazer esse amor que o homem tem por si mesmo. Ele é o desejo de conservar-se da melhor forma possível, de maneira agradável e feliz, visando sempre ao próprio bem-estar. A partir disso, poder-se-ia objetar que esses princípios ferem a moral, pois são contrários à ideia de virtude, uma vez que defendem o mais puro egoísmo. Contudo, Holbach diz que o amor por si mesmo difere do egoísmo, que é um sentimento, segundo ele, derivado da vaidade e do orgulho, pois coloca o *eu* do indivíduo acima dos outros seres, e mesmo acima das circunstâncias, pois o indivíduo egoísta é aquele que acredita que todos os eventos que ocorrem no mundo visam a afetá-lo diretamente. O egoísmo nada mais é que uma extensão do próprio *eu* do indivíduo para além dos limites do seu corpo. Já o amor por si mesmo, por outro lado, faz jus ao seu impulso sociável, pois considera o *eu* como um reflexo do Outro, sendo indiscernível das relações recíprocas que ele estabelece com os outros indivíduos. Ao amor-próprio ilegítimo caracterizado pelo egocentrismo que é vilipendiado também pela tradição moralista – que poderíamos denominar como um solipsismo, pois o Outro é tomado como mero objeto para uso próprio, do mesmo modo que as circunstâncias são tidas como uma extensão da existência desse indivíduo que enxerga a si mesmo como a razão dos acontecimentos, isto é, que julga que tudo o que acontece tem o seu próprio *eu* como causa –, Holbach propõe um conceito de amor-próprio que tem na figura do Outro a base dos seus valores morais, de suas ações e de seu julgamento.

Vejamos mais detalhadamente como é constituído esse sentimento: o amor de si corresponde à natureza do homem, já que sem ele o homem seria indiferente à sua conservação. É devido ao amor que tem por si mesmo que ele julga os objetos que lhe são úteis ou não, e do mesmo modo julga os seres aos quais ele se relaciona: “É sempre visando a si mesmo que ele tem afeição pelos outros e que se une com eles” (HOLBACH, 2015, p.30). Na medida em que as paixões excitam um movimento na direção do objeto de desejo, e o homem, tendo conhecimento das qualidades desse objeto através da experiência, julga ser ele útil ou não para sua felicidade, o interesse o inclinará ou não a buscá-lo. O amor por si mesmo, portanto, inclina o homem a desejar apenas aqueles objetos que ele conhece e que ele julga necessários para sua felicidade, de maneira que ele ignora ou repele àqueles que

8 Holbach utiliza amiúde a expressão amor de si, mas ele não faz a mesma distinção que Rousseau quanto ao amor de si e ao amor-próprio; em um determinado momento de *A Moral Universal*, ele se refere ao “amor-próprio legítimo” (HOLBACH, 2015, p.816), que significa um amor-próprio em que o indivíduo reconhece a necessidade de suas qualidades morais, em oposição a um amor-próprio ilegítimo, cujo indivíduo coloca a si mesmo acima dos outros, não se importando com a moral, os costumes e as leis.

julga nocivos a si mesmo. Esse mesmo julgamento é feito com relação aos outros homens com quem ele compartilha a existência. Ele não estará disposto a agir virtuosamente para com aqueles que ele julga nocivos para consigo, mas, com relação àqueles que lhe são estimados, ele buscará a estima deles, através das ações virtuosas que lhe sejam cabíveis.

Para Holbach, portanto, todas as relações humanas, sociais e afetivas, têm por base esse amor-próprio. Isso acontece porque o homem, como já dito, é um ser sociável, e é sendo útil aos seus semelhantes que ele atrai a estima deles. Ele observa o comportamento deles para consigo, e julga-os a partir dos benefícios e dos danos que eles lhe proporcionam. Na medida em que uns lhe são úteis e tornam-se estimados, e outros lhe são nocivos e tornam-se preteridos, ele julga a si próprio e a seu comportamento com relação a eles. Assim ele avalia a si mesmo a partir dos outros, e o amor-próprio é constituído a partir desta estima de si e desses juízos. Quando ele é estimado e querido pelos outros, pois reconhece que lhes é útil, ele estima-se a si próprio, e sente-se feliz com isso. Por outro lado, um homem sem amor por si mesmo seria incapaz de ligar-se devidamente aos outros, visto que ele desconfia de si e dos demais o suficiente para não estabelecer nenhum vínculo seguro com eles. Por essa razão, a moral deve, ao invés de combater o amor-próprio, enaltecê-lo, e mostrar que é amando a si mesmo que o homem pode, pelo seu interesse, ser bom, generoso e sociável.

Do mesmo modo, também é o amor-próprio que condiciona à virtude, pois passa a direcionar o desejo de ser feliz tendo em vista ser estimado e querido, impelindo o homem a agir virtuosamente, pois a experiência demonstra que é sendo útil aos seus semelhantes que eles quererão ser-lhes úteis reciprocamente: “No homem que reflete, o amor por si é sempre acompanhado de afeição pelos outros” (HOLBACH, 2015, p.32). Contudo, aquele em quem o amor por si mesmo sobrepõe-se a todos os sentimentos ou a toda afeição que se pode ter pelos outros, e esse sentimento torna-se aquele amor-próprio ilegítimo, que é um puro egoísmo solipsista, ele tende a tornar-se necessariamente um ser insociável:

Aquele em quem o amor por si sufoca toda a afeição pelos outros é um ser insociável, um insensato que não vê que todo homem, vivendo com outros homens, está em uma completa impossibilidade de trabalhar pela sua felicidade sem a assistência dos outros (HOLBACH, 2015, p.34).

A felicidade está, portanto, diretamente relacionada com a virtude. O homem erra por não perceber que é impossível ser feliz sozinho,

visto que ele tem necessidade dos outros, seja para satisfazer suas necessidades, seja para sentir sua própria existência. Quando ele não se faz estimado pelos outros, ele não poderá amar a si próprio, nem caminhar em direção ao objetivo que a Natureza lhe conduz, que é a sua felicidade; afinal, não sendo estimado, ele é preterido e, judiciosamente, torna-se um inimigo dos demais e, conseqüentemente, de si mesmo.

Em suma, a virtude é a base das relações afetivas e sociais. Ela é uma disposição, ou um hábito, que consiste em praticar ações que proporcionem um bem para aquele que a pratica, e também para os outros aos quais elas afetam. O homem que age virtuosamente é aquele que é útil para si mesmo e para os outros, pois preserva a si mesmo e auxilia os outros em sua conservação e felicidade: “A virtude em geral é uma disposição ou vontade habitual e permanente de contribuir para a felicidade constante dos seres com os quais vivemos em sociedade” (HOLBACH, 2015, p.77). Ela não consiste, desse modo, em sacrificar-se, como defende a tradição cristã, tampouco é uma capacidade estratégica em agir arditosamente, como defendeu Maquiavel. Ela consiste em agir bem, isto é, em proporcionar um bem para aqueles com os quais compartilhamos a vida em sociedade, sem que isso implique em um ônus para nós mesmos. Por outro lado, o vício é seu oposto, ele é a ação que, empregada contra si mesmo ou contra os outros, causa um dano, prejudica ou ameaça a conservação e a felicidade. Assim sendo, ele é uma ação antissocial, que termina por causar conflitos entre os homens, prejudicando suas relações.

Na mesma medida em que a virtude deve ser empregada para um bem, ela também não pode ser confundida com um prazer passageiro ou frívolo. Uma ação que contribua para os vícios de um indivíduo não deve ser considerada uma ação virtuosa, mas igualmente viciosa. Ela deve ser evitada, assim como o próprio vício. A virtude, nessa medida, consiste em uma prática constante, um hábito que serve para garantir aos homens os meios pelos quais eles satisfaçam seus desejos e busquem honestamente o quinhão da felicidade que lhes é devida, sem que com isso interfiram ou prejudiquem a felicidade de seus semelhantes.

É por essa razão que é necessário fazer com que o amor-próprio e as paixões, que são os instrumentos da virtude, tenham um uso vantajoso para a sociedade. O soberano, o legislador, os magistrados, assim como os pais e preceptores, que são, em geral, os grandes responsáveis pelo significado e pelo valor que alguns objetos terão para a vida afetiva e social de cada um, precisam instruir os cidadãos, súditos ou filhos a bem direcionar as suas paixões, indicando-lhes, de acordo com a Natureza, o que eles devem devidamente amar e temer. Ou seja, eles devem instruir seus subordinados para agirem virtuosamente.

mente, mostrando-lhes os benefícios que a virtude proporciona, ao mesmo tempo em que devem combater os vícios, indicando-lhes o quanto são nocivos. Eles devem, por exemplo, incitar o desejo por objetos úteis e benéficos aos homens; assim como devem ensiná-los a detestar os objetos danosos para si ou para os outros; devem ainda imputar o temor às paixões perniciosas, assim como estimular as paixões virtuosas. Desse modo, os interesses particulares, em geral guiados por aquele principal do próprio bem-estar, transfiguram-se em interesse geral, que visa ao bem-estar da sociedade como um todo.

Por outro lado, a moral que defende a isenção das paixões é uma moral que desumaniza o homem, e, portanto, que apenas projeta um ideal sem reconhecer suas verdadeiras qualidades. O papel do político, do moralista, do magistrado, do soberano, qual seja, deve ser a felicidade particular em relação à felicidade geral. Apenas através desse equilíbrio entre os afetos individuais e o bem-estar social é que a sociedade pode fortalecer-se e prosperar, fazendo prosperar conjuntamente seus próprios membros. Pois como vimos, a sociedade, que pode ser entendida como um corpo orgânico, funciona através desse mecanismo. Quando há uma confluência das ações e vontades humanas, o todo mantém-se coeso, e sua ordem garante o seu fortalecimento. Porém, quando suas partes estão divergentes, sua coesão acaba enfraquecida, e suas partes encontram-se em conflito. É importante ainda frisarmos que Holbach alerta também para a necessidade de o soberano guiar-se pelos princípios da virtude, afirmando que quando ele se transforma em um tirano, ele desfaz o pacto que institui seu poder, e transforma-se em inimigo dos outros cidadãos. Isso, de algum modo, não pode ser fonte senão de uma felicidade ilusória ou de um temor constante. Diz ele:

Um déspota é um soberano que põe a própria vontade no lugar da equidade, seu interesse pessoal no lugar do interesse da sociedade. Um soberano dessa têmpera tem a loucura de acreditar que ele sozinho constitui o Estado, que sua nação não é nada, que a sociedade inteira não está destinada pelo céu senão a servir às suas fantasias. O tirano é o soberano que põe em prática os princípios do déspota e que, acreditando se tornar feliz sozinho, faz todo o seu povo infeliz. Mas ele próprio se torna efetivamente feliz? Não; ele está cheio de perturbações e inquietudes. Diz um antigo que “é preciso que aquele que se faz temer por muitas pessoas viva ele próprio no temor”. Plutarco diz: “Os tiranos temem os seus súditos; os bons príncipes temem *por seus súditos*”. Nenhum poder sobre a Terra pode cometer o mal em segurança por muito tempo (HOLBACH, 2015, p.359).

A equidade, de acordo com Holbach, é a base da virtude. É ela que estabelece a reciprocidade necessária para que as relações sociais

sejam justas e benfazejas para todos os membros do corpo político. Isto é, a equidade, assim como base da virtude, é também o fundamento da justiça: “A moral, propriamente falando, não tem senão uma única virtude a propor aos homens. O único dever do ser sociável é ser justo” (HOLBACH, 2015, p.85). O cidadão que se abstém da equidade, e, por consequência, da virtude, tende a atrair o desprezo e a repulsa dos outros membros, tornando-se assim impossibilitado de desenvolver seu amor-próprio legítimo, afastando a si próprio da felicidade que é seu propósito, seja ele um súdito ou mesmo um soberano. No caso deste último, contudo, ele tende a atrair para si a ruína de seu governo, pois tornando seus cidadãos infelizes, torna-se desprezível para eles, o que pode ocasionar apenas conflitos internos e lutas para destitui-lo de seu poder.

5. A importância das paixões na vida social

Vejamos, nesse momento, como podemos exemplificar a dinâmica das paixões que constituem uma relação harmoniosa e equilibrada entre os membros da sociedade. O amor, por exemplo, que é tão necessário à conservação da espécie, deve ser temperado para que conserve relações recíprocas entre o amante e o amado, sem que um cause danos ao outro. Por outro lado, o ódio é legítimo quando ele visa afastar um mal, e se for contido nos devidos limites, ele é útil quando direcionado, por exemplo, à injustiça ou à crueldade. Do mesmo modo, a paixão pela glória é um desejo de ser estimado entendido à posteridade. Ela é útil quando incita a coragem, a honradez ou a generosidade. O desejo pelas riquezas (cupidez) também pode ser a fonte do trabalho e da atividade de um indivíduo, o que o faz útil aos outros por produzir os bens de que eles necessitam. O temor, por sua vez, serve para conter alguns desejos que põem em risco a nossa conservação; ele serve para alguns homens insensatos não cometerem loucuras ou atrocidades contra os outros. Mesmo a inveja, se bem direcionada, pode tornar-se a admiração em imitar aqueles que julgamos superiores, para acreditarmos merecer dos outros a mesma estima que temos por eles. Já o amor-próprio, o afeto mais importante, é o sentimento que faz com que busquemos a estima dos outros e que reconheçamos nosso próprio valor quando essa estima não é devidamente reconhecida. Neste sentido, para que as paixões se tornem possibilidades de ações virtuosas, é preciso que a razão as examine e direcione-as. Vislumbrando as causas das paixões e seus possíveis efeitos, ela pode, com o auxílio da experiência, indicar aos homens se elas se aplicam ao princípio de utilidade, aumentando ou diminuindo o interesse em satisfazer seus desejos originários. Nesse ponto, é importante que as leis e os costumes também sejam eficien-

tes, pois eles podem impedir que uma paixão nociva venha a ser mal calculada pelo indivíduo, que pode considerar útil uma ação benéfica para si mas que seja na verdade nociva para um outro.

Há um ponto importante ainda a ser analisado. Holbach também nos apresenta uma ideia de consciência moral. Pois, do mesmo modo que julgamos os objetos, julgamos a nós mesmos e aos outros homens:

As experiências que fazemos, as opiniões verdadeiras ou falsas que nos são dadas ou que adotamos, nossa razão mais ou menos cuidadosamente cultivada, os hábitos que adquirimos e a educação que recebemos desenvolvem em nós um sentimento interior de prazer ou dor que se chama *consciência*. É possível defini-la como o conhecimento dos efeitos que as nossas ações produzem sobre os nossos semelhantes e, por via indireta, sobre nós mesmos (HOLBACH, 2015, p.56).

Esse juízo que se faz do *eu* e do *outro*, como vimos, dá origem às ideias sobre a moralidade, sobre as ações virtuosas e os vícios, sobre a conduta correta ou inadequada em relação aos desejos e sua satisfação. Ou seja, a consciência moral é constituída a partir da experiência, ao julgar os efeitos das ações que temos com relação aos outros indivíduos. Essa consciência moral, que é derivada do exercício do julgamento, deve ser incentivada principalmente pela educação e pelas leis. Ela é, portanto, um dever do poder soberano. Um governante negligente, que não instrua seu povo, que não lhe dê acesso aos bens mais necessários para sua felicidade, está fadado a ter seus súditos desprovidos desse sentimento adquirido, isto é, desprovidos dessa consciência que inclina os homens a agir virtuosamente. Esta é, de acordo com Holbach, uma das principais causas do infortúnio nas sociedades, da degeneração dos costumes e da infelicidade generalizada, das quais decorrem os crimes, a violência e a desordem social.

É, portanto, pela educação e pelos costumes que um povo aprende a ser honesto, justo e benfazejo. A educação age particularmente em cada indivíduo, direcionando suas inclinações para a virtude. Estando habituados à virtude, os costumes são benéficos, e fortalecem os laços sociais. Contudo, quando o vício tem predominância, os costumes degeneram e a sociedade não é nada mais que um aglomerado de indivíduos que lutam entre si por seus próprios caprichos. Holbach assim aponta para a importância fundamental da educação na formação do caráter dos cidadãos e, conseqüentemente, para a virtude de uma sociedade:

Na infância, o homem aprende não só a agir, mas também a pensar. Nossas ideias, nossas opiniões, nossas afeições, nossas paixões, nossos interesses, as noções que temos do bem e do mal, da honra ou da vergonha, do vício e da virtude,

nos são infundidas primeiramente pela educação, e em seguida pela sociedade. Se essas ideias são verdadeiras, conformes à experiência e à razão, tornamo-nos seres sensatos, honestos e virtuosos. Se essas ideias são falsas, nosso espírito se enche de erros e preconceitos; tornamo-nos animais irracionais, incapazes de proporcionar a felicidade quer a nós mesmos, quer aos outros (HOLBACH, 2015, p.52).

Holbach ainda diz: “Enfim, que o governo, de acordo com a moral, se sirva das paixões dos homens para fazê-los querer e agir da maneira mais adequada ao seu verdadeiro interesse” (HOLBACH, 2015, p.38). Assim, a educação, juntamente às leis e aos costumes, deve direcionar as paixões humanas ao bem comum, fazendo com que a vontade particular se vincule à vontade geral, sem que haja supressão de uma pela outra, ou mesmo anulação de uma pela outra:

O moralista deve expor as vantagens da virtude e os inconvenientes do vício [...] opondo algumas paixões a outras, o temor à impetuosidade dos desejos desregrados, o ódio e a cólera às ações nocivas, alguns interesses reais a alguns interesses fictícios e imaginários, um bem-estar constante a algumas fantasias momentâneas, será possível fazer das paixões um uso vantajoso. Elas serão direcionadas para a utilidade pública, à qual, na vida social, a utilidade particular de cada homem se encontra necessariamente ligada. Eis aí como os interesses individuais diversos podem ser combinados com o interesse geral (HOLBACH, 2015, p.35).

6. Considerações finais

Exímio leitor da história da filosofia e profundo conhecedor da tradição helenística e do espírito republicano latino⁹, Holbach não é ingênuo e sabe das dificuldades em incitar estes princípios aos homens. Ele reconhece a dificuldade em bem direcionar as paixões, mas alerta que, como a História o demonstra, as tentativas de suprimi-las para corrigir a conduta dos homens nunca deram um resultado satisfatório. A História é a experiência das relações humanas, de suas falhas, de suas possibilidades, e o vislumbre das experiências do passado indica um caminho possível para que a conduta dos indivíduos em sociedade, seja dos seus governantes, seja dos cidadãos, possa ser, no futuro, orientada para o bem comum. Nesse sentido, o filósofo iluminista nos apresenta alguns dos princípios morais que ele sugere serem úteis para servir de guia aos indivíduos, para que eles possam buscar a felicidade mesmo quando a sociedade em que se encontram é degenerada e não colabora para esse fim. Ele enumera algumas

9 No Prefácio de *A Moral Universal*, Holbach apresenta sua leitura de toda a tradição antiga, enumerando os sistemas morais de cada escola antiga ou doutrina filosófica presente entre os antigos e mesmo entre os modernos, além do grande número de citações de autores clássicos como Cícero, Sêneca, Juvenal, dentre outros, o que demonstra seu rico repertório filosófico.

virtudes, como a justiça, o sentimento de humanidade, a piedade, a modéstia, a prudência, como deveres aos quais os homens devem inclinar-se, mesmo que a sociedade não os aprove circunstancialmente; ao mesmo tempo em que aponta os vícios como o orgulho, a cólera, a avareza, a adulação, a preguiça, como sentimentos a serem evitados caso os homens queiram atrair a estima dos seus semelhantes, mesmo que a sociedade os considere naturais e os estimule. Isso faz com que Holbach reconheça a importância da virtude para o indivíduo mesmo quando este encontra-se em uma sociedade moralmente degenerada. Daí a importância do amor-próprio e do reconhecimento da própria virtude, que deve se colocar acima do mero reconhecimento público. Pois não é apenas a fama e o fausto, isto é, a glória e a consideração de seus pares que faz a virtude, mas a sua submissão à sua consciência moral, que deve reconhecer que as ações são em si mesmas virtuosas, e não consideradas virtuosas apenas por agradarem ao grande vulgo:

No meio da sociedade mais insensata, o homem de bem, muitas vezes forçado a gemer com a depravação pública da qual é vítima, se consola voltando-se para dentro de si mesmo, congratula-se por encontrar em seu coração uma alegria pura, um contentamento sólido, o direito de almejar a ternura e a estima daqueles sobre quem sua sorte lhe permite influir. Eis o que constitui o repouso da boa consciência, que nada mais é que a segurança de merecer a afeição e a estima dos seres com quem se vive, e que a ideia de sua própria superioridade sobre os perversos que se vê serem atormentados por seus vícios e joguetes contínuos de suas tristes loucuras (HOLBACH, 2015, p.84).

Há de se observar ainda, dentro dessa herança helenística que vemos em seu pensamento, a importância que tem o epicurismo na formulação de seus princípios morais. O epicurismo foi uma doutrina filosófica que buscava orientar a conduta dos homens através da sobriedade das paixões, da utilidade das ações e da satisfação dos desejos mais naturais. Ele vincula, assim como a moral naturalista proposta por Holbach, as paixões, o desejo e o prazer ao impulso primordial pela felicidade, de modo que eles sirvam, num horizonte mais distante, para organizar uma vida social que seja favorável aos afetos humanos, e que tem como núcleo a amizade.

Para finalizar, voltemos à questão das necessidades e sua vinculação com as paixões. Vimos que elas despertam os desejos e nos impelem a agir para satisfazê-los. E vimos, também, que as paixões que mobilizam nossas ações são aquelas que nos proporcionam uma determinada quantidade de prazer e que afastam a dor e o sofrimento, tornando nossa vida agradável e feliz. Assim, é preciso que as sensa-

ções que buscamos devam, para além do princípio do nosso próprio prazer, servir também para o prazer dos outros. E esse prazer deve ser medido de acordo com a necessidade, e seus efeitos devem ser benéficos tanto para aquele que pratica quanto para aquele que a ação afeta. Desse modo, uma das virtudes mais eficazes para organizar a vida em sociedade deve ser a temperança ou a sobriedade, isto é, a prudência quanto às paixões: “A prudência nada mais é que a experiência e a razão aplicadas à conduta da vida” (HOLBACH, 2015, p.128). Uma vez que, quanto menos necessidades tivermos, menos desejos teremos, mais fácil será satisfazê-los: “A felicidade consiste na harmonia entre as nossas necessidades e o poder de satisfazê-las” (HOLBACH, 2015, p.22). Não é à toa que Holbach cita em epígrafe de *A Moral Universal* uma frase de Sêneca, filósofo importantíssimo para o barão que parece permear por toda sua obra: “Porque é a natureza quem deve ser o nosso guia; é ela quem observa, é ela quem consulta a razão. Portanto, é uma mesma coisa viver feliz e viver segundo a natureza. Sêneca, *Da Vida Feliz*, VIII” (HOLBACH, 2015, epígrafe).

Vivendo de acordo com a Natureza, ou seja, satisfazendo os desejos naturais e necessários, sendo generoso, gentil e beneficente com os outros, procurando nas ações sempre a justiça, a humanidade e a compaixão, respeitando a liberdade e a felicidade alheias; e evitando a destemperança, os vícios do desregramento, a preguiça, a mentira, a bajulação e o luxo, afastando os vícios que podem prejudicar tanto a si mesmo quanto aos outros, o homem torna-se moral, age virtuosamente e vive feliz. O tempero da vida em sociedade, nessa perspectiva, não deixa de ser as paixões, pois são elas que mobilizam nosso julgamento e nossas ações, logo, são elas que nos fazem agir de maneira virtuosa e benéfica, ou de modo vicioso e nocivo; em suma, elas podem tornar a companhia dos homens um momento doce ou amargo, e a vida, um tempo saboroso ou insípido.

Bibliografia

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.1, p. 64-83, jan-jul, 2018

ESPINOSA, B. *Ética*, tradução Tomaz Tadeu, Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.

_____. *Tratado Político*, tradução Diogo Pires Aurelio, São Paulo: editora Martins Fontes, 2009b.

HOLBACH, barão de. *A Moral Universal ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza*, tradução Regina Schöpke e Mauro Baladi, São Paulo: Martins Fontes, 2015 – (Coleção Tópicos).

_____. *Sistema da Natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral*, tradução Regina Schöpke e Mauro Baladi, São Paulo: Martins Fontes, 2010 – (Coleção Tópicos).

ISRAEL, J. *Iluminismo Radical: A filosofia e a construção da modernidade 1650-1750*, tradução de Claudio Blanc, Madras, 2009.

TODOROV, T. *A vida em comum: ensaio de antropologia geral*, tradução de Maria Angelica Deangeli e Norma Wimmer, São Paulo, editora Unesp, 2014.

VERNIERE, P. *Spinoza et la pensée française avant la Révolution*, PUF, 1954 (Collection Philosophie d'aujourd'hui, dirigée par Paul-Laurent Assoun).